

**ATA DA 22ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE
PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**

DATA: 18/02/2003 **Início:** 9:55 h **Término:** 17:20 h

PARTICIPANTES :

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: (ausência)
Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes: Sérgio de Souza Pimentel (sergio.Pimentel@ahrana.gov.br)
Ministério das Cidades: (ausência)
Agência Nacional de Águas – ANA: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)
Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
Conselhos Estaduais Região Sul: (ausência justificada)
Conselhos Estaduais Região Centro-oeste: Marco Alexandre S. André (marco_alexandre@yahoo.com.br)
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Marcelo de Deus Melo (mdeus@cemig.com.br)
Hidroviários: José Di Bella (di_bella@uol.com.br)
Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson (tita@net.em.com.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Mônica Tavares Rocha – SRH/MMA (monica.Tavares@cnrh-srh.gov.br)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 9:55 horas do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e três, a Dra. Leila abriu a 22ª Reunião desta Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), do CNRH. Agradeceu a presença de todos e leu a nova composição desta CTPOAR, estabelecida pela Resolução CNRH nº 31, aprovada em 11 de dezembro de 2002 e publicada no DOU em 14 de fevereiro de 2003. Em seguida, referindo-se à pauta da reunião (Anexo I), solicitou a leitura e aprovação da ata da 21ª reunião; a referida ata foi aprovada com modificações. Dando prosseguimento, a Dra. Leila, justificando-se pela presença, naquele instante, de representantes de apenas sete dos treze participantes da CT, sugeriu a inversão do item 3 de pauta, “eleição do Presidente da Câmara Técnica”, com o item 4; a sugestão foi acatada por todos. Foram então iniciadas as discussões sobre a proposta de resolução referente a “Critérios gerais para outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens”, com a distribuição de cópia da proposta denominada alternativa (Anexo II), elaborada pela Dra. Patrícia e o Dr. Marcelo. O Dr. Diógenes lembrou que o principal objetivo da proposta alternativa seria dar nova sequência aos artigos da proposta de resolução, de forma a tornar mais claro o ordenamento das ações de licenciamento e da outorga de recursos hídricos. O Dr. Sérgio salientou que a norma deveria atender desde o pequeno até o grande empreendedor. A Dra. Célia Cristina propôs a discussão da metodologia para o debate do assunto. Ficou acertado que se partiria da leitura comparativa entre a versão 5 da proposta de resolução (Anexo III), de 31 de janeiro de 2003, e a versão alternativa. Foi decidido, e solicitado registro em ata, que não se deveria pretender, na proposta de resolução, trabalhar com o conceito de pequeno, médio e grande barramento. Para um melhor andamento dos trabalhos, a Dra. Patrícia e o Dr. Marcelo se propuseram a efetuar uma apresentação sobre a versão da proposta de resolução por eles elaborada. A Dra. Patrícia comentou que os preceitos básicos da proposta até então discutida pelo Grupo (Anexo III) teriam sido mantidos e falou sobre os pontos que balizaram a elaboração da proposta alternativa, a seguir itemizados: defesa da questão dos usos múltiplos, com a inclusão no processo da discussão da gestão e outorga dos usos

afetados por um empreendimento; definição clara dos passos a serem seguidos para o licenciamento e a outorga dos empreendimentos; destaque para a outorga como um instrumento de comando-controle, e não como instrumento de negociação; inclusão da participação dos comitês no processo; pretensão de se qualificar os barramentos em função do porte e da finalidade do uso. O Dr. Marcelo, por sua vez, salientou o que se pretendeu com a redação de cada artigo. A Dra. Leila lembrou que, na inexistência de comitê e de plano de recursos hídricos em uma bacia hidrográfica, o órgão gestor assumiria o papel de articulador entre os usuários detentores de outorga levando em conta o princípio do uso múltiplo das águas definido nas políticas federal e estaduais de recursos hídricos. Foi dado início à leitura comparativa das versões da proposta de resolução. Os debates prosseguiram com destaque para a importância da definição de critérios específicos para as barragens de pequeno e médio porte, mas feita ressalva para a inoportunidade da definição do porte dos empreendimentos. O Dr. Di Bella propôs que, antes da pausa para almoço, fosse efetivada a eleição da Presidência da CT; em seguida, sugeriu a reeleição da Dra. Leila. A Dra. Leila salientou a importância da renovação na presidência das CTs. A Dra. Patrícia também defendeu a permanência da Dra. Leila; destacou a importância, na atual fase da implementação da gestão de recursos hídricos, da representação dos órgãos gestores estaduais. A Dra. Célia Cristina concordou e destacou a ética da Dra. Leila na condução dos trabalhos da CTPOAR. A Dra. Leila foi então, por unanimidade, reconduzida à Presidência da CTPOAR, com mandato até 31 de janeiro de 2004. A Dra. Leila agradeceu a confiança depositada e aceitou a indicação. Às 12:20 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas, quando a Dra. Leila fez a leitura da minuta de ofício, solicitado na reunião anterior, e encaminhada ao Secretário Executivo do CNRH, contendo solicitação de adoção de medidas que visem a integração das atividades que implicassem em sobreposição de atribuições do CNRH e do CONAMA (Anexo IV). O Dr. Di Bella propôs que a Presidente da CTPOAR também participasse da reunião proposta no ofício. Foi consenso que o ofício deveria ser enviado ao Secretário Executivo do CNRH, acompanhado de documento de encaminhamento (Anexo V), com solicitação de envio ao Secretário Executivo do CONAMA. A Dra. Patrícia pediu a palavra e propôs que fosse elaborada, no âmbito da CTPOAR, proposta de termo de referência mínimo relacionado ao Plano de Utilização da Água, referido no art. 1º, inciso XIV, da Resolução CNRH nº 29 (Anexo VI); sugeriu que fosse criado Grupo de Trabalho para tal fim específico. Ficou acertado que o tema deverá ser assunto de pauta da próxima reunião da CTPOAR. Prosseguiu-se então na discussão da proposta de resolução de “Critérios gerais para outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens”, com os trabalhos de compatibilização das duas versões em questão nesta reunião. O término dos trabalhos da reunião resultou na versão 6 da proposta de resolução (Anexo VII); foi solicitado ao Dr. Luiz Cláudio que providenciasse a divulgação da mesma, por e-mail, aos membros e convidados da CT, assim como da proposta alternativa, com a solicitação de contribuições ao processo de compatibilização das duas propostas, que deverá sofrer continuidade na próxima reunião. A Dra. Leila fez referência sobre a realização, no dia 19 deste mês de fevereiro, da primeira reunião do Grupo de Trabalho que irá discutir, em conjunto desta CTPOAR com a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, a elaboração de proposta de resolução sobre “Diretrizes para procedimentos integrados de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento das águas minerais e potáveis de mesa e balneabilidade”. Às 17:20 horas, a Dra. Leila agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada na 23ª reunião, realizada em 3 de abril de 2003.

LEILA CARVALHO GOMES

Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Relator